

# MAIS UMA ACHEGA PARA A SOLUÇÃO DE UM PROBLEMA NUMISMÁTICO

POR DR. ARNALDO BRAZÃO

«O escritor consciencioso vai estudando e emendando; a crítica auxilia a investigar a verdade e esta é o único alicerce da história.»

TEIXEIRA DE ARAGÃO, *Vasco da Gama e a Vidigueira*, 1898.

Sob o título *Cunhou-se moeda portuguesa no Transval durante a guerra?*, o comandante José Torres publicou, no «Boletim da Sociedade de Geografia» (série 54.<sup>a</sup>, 1936, n.º 1/2, p. 45), um interessante e esclarecido artigo sobre o aparecimento de uns cunhos na casa da moeda de Pretória, referentes a uma moeda moçambicana, e se julga terem sido feitos quando da Grande Guerra que, a norte da nossa província de Moçambique, abriu um dos seus numerosos campos de operações.

Teve o ilustre articulista conhecimento dessa existência por intermédio do seu camarada, o comandante José Cardoso, ao realizar uma das suas visitas a Pretória. Aqui lhe mostraram esses cunhos como elemento raro e interessante e na realidade eles despertam curiosidade e vivo interesse a quantos se dedicam à ciência das moedas.

Aquele também ilustre oficial da Armada, dado a assuntos culturais e de interesse especial para a província de Moçambique, começou a investigar o caso que lhe foi presente, e como elemento de interesse histórico procura dar-lhe solução, isto é, procura as razões de uma tal existência. Foi bater a diversas portas, como velhos colonos ou antigos combatentes que, por aquelas paragens, muito prestigiaram a bandeira nacional. Uma delas, foi o comandante José Torres, autor do artigo de referência, que tomou parte activa nas operações de guerra como oficial de marinha e elemento

de ligação entre os comandos das forças expedicionárias portuguesas e inglesas, portanto figura de militar com autoridade especial para explicar esse enigma que é a existência, na casa da moeda de Pretória, de cunhos para o fabrico de moeda para Moçambique.

Analisando esmiuçadamente o artigo do ilustre comandante da *Chaimite*, podemos dividi-lo em 3 partes distintas. Na primeira começa por fazer, resumidamente, a história da nação que tinha por capital Pretória, e hoje fazendo parte da próspera e progressiva União Sul-Africana, para demonstrar que, naquela época acima referida, guerra 1914-1918, não estava em actividade a casa da moeda daquela capital, dada a circunstância de ter passado para o domínio inglês, após a guerra transvaliana, todo aquele território de que faziam parte os antigos estados soberanos, Orange e Transval. Porém, com a construção de nova casa da moeda naquela cidade, em 1923, volta-se a cunhar moeda em Pretória. Como se vê, só depois da assinatura do tratado de Versalhes, que pôs termo à primeira guerra mundial, aquela casa abriu as suas portas, retomando a sua actividade fabril. Na segunda parte do citado artigo, embora não chegue a conclusões seguras, precisas ou concretas, explica a possibilidade de a ideia de tais cunhos pertencer ao comando das tropas aliadas. E assim, afirma que o comandante das tropas inglesas expedicionárias, com bases militares em território português, em dado momento, encontrou-se em sérias dificuldades para pagamento do pré às suas unidades, por falta de numerário adequado que circulasse na região de operações, isto é, moeda portuguesa, pois aquelas tropas estavam acampadas em território moçambicano, sob a directa administração da Companhia do Niassa. Nestas circunstâncias, aquele oficial general propôs que as rupias de que dispunha pudessem circular ao norte daquela provincia ultramarina, visto a rupia em tudo se assemelhava aos nossos 500 réis, ainda ali em circulação e correspondendo aos 50 centavos, segundo a reforma monetária de 1911. Não havendo opposição da Companhia do Niassa e não consta que tivesse havido por parte do Governo Geral da Provincia, as rupias começaram a circular, facilitando a vida aos combatentes britânicos, porque necessitavam comprar as mais diversas coisas, sempre necessárias a uma vida, seja de homem de armas ou de pacífico cidadão.

E o problema está assim enunciado, mas sem qualquer vislumbre de solução porque, até então, não se falou numa cunhagem especial ou operação de carimbagem urgente para nacionalizar a moeda estrangeira, por todos bem aceite, em tudo semelhante aos 5 *tostões* ainda em circulação. Na terceira e última parte deste testemunho vívido, o ilustre autor do artigo em questão parece querer dar a deixa para uma possível solução. Dada a circuns-

tância de nas tropas britânicas, quer no estado maior, quer nos serviços administrativos ou noutros, ter havido numerosos sul-africanos, aventa a hipótese de se pensar em submeter aquelas rupias a uma recunhagem, de que ninguém falou até então, para conceder certos vislumbres de legalidade à nova moeda, e poder circular livremente naquele nosso território e aceite sem relutância da parte do comércio e da população. Como conclusão, embora sem uma afirmativa categórica, e para justificar a existência de tais cunhos em Pretória, o autor do artigo inclina-se a admitir a hipótese de tal iniciativa, isto é, a abertura de cunhos ser de origem inglesa, através de algum elemento militar do estado maior, ou dos serviços administrativos ou ainda de outros serviços das tropas em campanha como já fôra dito. E quanto à existência de exemplares, isto é, de moeda como elemento de troca, inclina-se pela negativa, pelo que se deduz de todo o conteúdo da sua exposição, por não terem sido vistos quaisquer exemplares e porque o camarada, comandante José Cardoso, no decorrer das suas investigações nada ter recolhido de positivo, numa época não muito distante do desenrolar daqueles tristes acontecimentos.

Até aqui parece estar tudo muito bem, esperando-se que o acaso faça chegar até nós, os que tratamos destes assuntos de investigação numismática, qualquer exemplar dessa moeda imaginária e de emergência para dar solução a um problema histórico à base da Numismática.

Neste momento, porém, a uma distância de 44 anos, aparece um documento que vem rectificar certas dúvidas e levantar novas hipóteses. E como se trata de uma prova fotográfica que se reproduz muito gostosamente, <sup>(1)</sup> natural é que ainda existam outros exemplares guardados em algum arquivo ou biblioteca pública ou particular, ou ainda dentro de algum *dossier*, também difícil de descobrir. Por obsequiosa e gentil oferta do sr. Engenheiro Bacelar Bebiano, antigo ministro do Ultramar, a fotografia ora reproduzida e lhe fora oferecida, em Pretória, quando da sua viagem ministerial de Angola à Contracosta, em 1932, quando o caminho de ferro de Benguela atingiu a fronteira do Katanga, essa fotografia reforça a ideia da existência dos cunhos, embora não tivessem sido postas em dúvida as palavras do comandante José Cardoso. Quanto à tentativa de cunhagem, sem dúvida se ultimaram as operações para tal fim, a gravura ora publicada o comprova, e estamos em presença de provas realizadas em rupias da África Oriental Alemã!!!

---

(1) Esta gravura reproduz-se no artigo seguinte: «Cunhou-se moeda portuguesa no Transval durante a guerra?»

É precisamente esta circunstância que nos leva a novas interpretações que vão ser presentes à crítica dos nossos leitores. Se aquelas provas tivessem sido feitas por ingleses, em Pretória ou noutra local, teriam eles aproveitado uma moeda alemã? Opinamos pela negativa. No reverso da prova os vestígios de uma recunhagem são evidentes, estão bem nítidas as passagens da legenda que seguramente nos dão a origem da chapa metálica para as experiências. Veja-se *An catalog of modern world coins*, por B. S. Yeaman, 1.<sup>a</sup> edição, 1957, p. 208. Estas duas provas, anverso e reverso, terão ainda outros parceiros, e nada custa a crer que sejam unificadas. Quer sim quer não, a lógica leva-nos a afirmar que, em Pretória, domínio inglês, não se faria esta operação sobre uma moeda do país inimigo. Por exclusão de partes pode admitir-se que os cunhos e as provas teriam sido feitos pelas tropas invasoras cujo comando, naquelas paragens e com dificuldades de comunicações com a mãe-pátria, em igualdade de circunstâncias do seu camarada inglês, teria de bater moeda para suprir as grandes dificuldades de alcançar moeda para as suas tropas. Parece até, sem que possamos comprovar a nossa afirmativa, na antiga colónia alemã da África Oriental, naquela época, viu-se obrigado a cunhar uma moeda local, verdadeira moeda de emergência, moeda obsidional. E se ele assim fez em território nacional, melhor o faria em terreno conquistado e na convicção de que, no final, ditaria as condições de paz aos vencidos e a imposição de uma moeda já em circulação, semelhante no seu valor intrínseco ao da moeda corrente, evitando-se complicações com o comércio local e a relutância das populações. E nisto não fugiria à regra de um país conquistador subordinar-se à lei monetária do país conquistado. Pelo menos no começo da sua administração. Pomos também de parte, por inverosímil, a hipótese de pertencer ao comando português a iniciativa da abertura de uns tais cunhos. Todo o conteúdo do artigo em análise, reforça a nossa ideia.

Resta agora saber como é que os cunhos foram parar ao museu da casa da moeda de Pretória, quando ela, nessa época tinha encerradas as suas portas. Como nos inclinamos a admitir a paternidade alemã a tais cunhos, possível é que eles fizessem parte de algum espólio das tropas vencidas, recolhido pelas tropas vencedoras (inglesas) e estas, porque nos seus quadros, segundo informa o ilustre oficial da Armada, comandante José Torres, havia sul-africanos, conhecedores da existência, na sua terra, de uma casa da moeda com o seu museu numismático, para lá os remeteram num belo e nobre gesto de patriotismo, aumentando assim o recheio com novos elementos que, mais tarde seriam, como foram de facto, elementos de curiosidade e objectos de estudo.

Na verdade, assim poderia ter acontecido. Há pelo menos lógica nesta interpretação. Em primeiro lugar, porque o Comandante José Cardoso nada concluiu das suas infrutíferas embora operosas diligências pelo território moçambicano; em segundo lugar, porque o Comandante José Torres, equacionando o problema tão-sòmente, ao apresentar os seus preciosos esclarecimentos no boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, também não chegou a resultados seguros; em terceiro e último lugar, porque o autor destas linhas, com esta modesta achega e prova fotográfica procura chegar a uma conclusão, por não conhecer qualquer outro trabalho, estudo ou diligência que possam modificar, alterar ou dar solução definitiva e diferente.

Como simples e última observação é de notar a falta da respectiva data quando havia tanto espaço para lá a colocar. Bem sabemos que o momento era cheio de dificuldades, de imprevistos e de surpresas, por tudo isto pode muito bem ter havido lapso do artista gravador, assediado pela necessidade ingente de apresentar o trabalho num curto prazo de tempo. Não é também para desprezar a simplicidade do desenho. Não podia ser mais pobre.

#### EM CONCLUSÃO

- a) Não se cunhou moeda privativa para Moçambique quando da guerra de 1914-1918;
- b) Tendo-se feito trabalhos preliminares para a cunhagem é de presumir que o decorrer das operações militares não permitissem um tal fabrico;
- c) Há cunhos existentes no museu da casa da moeda de Pretória e as respectivas provas;
- d) Ignora-se o número destes exemplares monetários;
- e) As provas foram realizadas em rupias da África Oriental Alemã, trata-se, pois, de uma recunhagem;
- f) Por esta circunstância, atribuímos a artista alemão a abertura dos cunhos cuja simplicidade se deve atribuir a fortes pressões de um estado de guerra;
- g) Estes cunhos, finda a guerra, e por fazerem parte de qualquer espólio deixado pelos vencidos, seriam enviados para Pretória, que possuía um museu;
- h) Este problema levantado pelo comandante José Torres, não fica encerrado com a nossa intervenção que é apreciável só pela documentação fotográfica apresentada;
- i) Aguardam-se novas achegas que possam dar solução definitiva a este problema numismático.